

O DOTE É A EDUCAÇÃO: mulher, instrução e sociedade em São Luís no início da República.

Profa. Msc. Elizabeth Sousa Abrantes
Universidade Estadual do Maranhão

Considerando que a educação é um instrumento fundamental na transmissão de valores e na manutenção de uma determinada ordem social, ocorrendo tanto de maneira informal como institucionalizada, procura-se analisar neste trabalho o sentido da educação destinada às mulheres em São Luís no início da República. O estudo relaciona esta educação com o ideário feminino presente na sociedade ludovicense do período, com seus modelos de família e casamento estruturados de acordo com os padrões burgueses, procurando mostrar como simbolicamente a educação escolarizada destinada às mulheres passou a ser vista como substituta do dote material, tornando-se, assim, seu símbolo 'moderno'.

Sobre a prática do dote na sociedade brasileira, um importante estudo é a obra da historiadora Muriel Nazzari¹, em que trata do costume do dote e seu desaparecimento entre as famílias paulistas, através de um recorte cronológico do século XVII ao XIX. O estudo mostra o costume das famílias proprietárias paulistas, no século XVII, em dotar suas filhas, geralmente fornecendo casa, gado e escravos (índios), bens necessários para o estabelecimento de uma nova família, segundo os padrões da elite local. Dessa forma, o dote que era levado pela mulher contribuía decisivamente para o sustento do novo casal, uma vez que a família nesse período era vista como uma unidade de produção.² No século XVIII esse costume começou a sofrer transformações, acompanhando as mudanças na sociedade e no pacto matrimonial, até desaparecer no final do século XIX, tendo mudado a característica das famílias de unidades de produção para simplesmente unidades de consumo.³

“Em meados do século XIX o quadro mudara completamente. As filhas não eram mais favorecidas em detrimento dos filhos. Houve algumas poucas legações a moças solteiras, e menos de um terço das famílias proprietárias davam dotes. Quando isso acontecia, eram dotes comparativamente menores, com um conteúdo diferente, que não

ajudavam muito os recém-casados. As esposas eram sustentadas por seus maridos, ao invés de prover a maioria dos meios para a manutenção inicial do casal, como acontecia no século XVII.⁴

Algumas conseqüências dessa mudança foram a gradual diminuição do poder patriarcal sobre sua prole adulta, embora para as mulheres essa liberdade não se efetivasse na prática, pois com o casamento passava para a dependência do marido. Assim, o dote que no período colonial era uma forma da esposa contribuir para o sustento do casal, deixando o marido numa situação de devedor, embora fosse o administrador dos bens do casal, com o desaparecimento dessa prática retirava-se da mulher essa possível vantagem, deixando-a totalmente dependente do marido para o seu sustento.

A ênfase na instrução feminina como o símbolo moderno do dote no início do século XX em São Luís serve para mostrar como a sociedade, apesar das transformações sociais e políticas advindas com a República, no tocante ao feminino procurou reforçar os valores de conservação da mulher nos papéis tradicionais de esposa e mãe. Com o declínio da prática do dote em bens materiais, o que representava um atrativo a mais das moças de famílias ricas, era necessário mostrar outros atributos a fim de realizar bons casamentos. Exigia-se das mulheres mais instrução, entre outros motivos, para estarem á altura dos seus companheiros, sendo essa preocupação verificada desde o século XIX:

O homem que receber uma boa educação ama a conversação e jamais se pode lembrar sem dor, da ignorância de sua mulher, que lhe dificulta este prazer! Temos aqui uma mulher posto que formosa, causando um dissabor a seu marido e diminuindo-lhe em parte sua felicidade.⁵

Conversai com as moças que passam por mais bem educadas. Tratais de assuntos sérios? Elas não vos acompanham. O maior esforço que fizerdes será inútil para entretê-las. Se não souberdes falar de bagatelas e monadas, a vossa interlocutora começará logo a bocejar, e vós enfiareis com o seu desprazer.⁶

O início da República representou um recrudescimento dos valores pautados na honra e moral femininas, buscando através de dispositivos jurídicos e ideológicos um maior controle feminino como meio de preservar a família e a sociedade, num momento marcado por uma maior participação da mulher no espaço público, no mercado de trabalho e na luta pela conquista de direitos civis e políticos.

Nesse contexto, a associação feita por autoridades religiosas, jurídicas e civis em relação a honra sexual feminina, família, sociedade e nação era simples: “ *Sem a força moralizadora da honestidade sexual das mulheres, a modernização – termo que assumia diferentes significados para diferentes pessoas – causaria a dissolução da família, um aumento brutal da criminalidade e o caos social.* ”⁷

A educação, tanto doméstica quanto escolarizada buscava reforçar esses valores. Desde a segunda metade do século XIX, a instrução feminina em São Luís apresentava algumas mudanças, com um maior número de estabelecimentos de ensino, onde já era possível, especialmente às mulheres das camadas sociais mais privilegiadas, que podiam estudar em escolas particulares, obter uma instrução mais elevada, embora diferenciada daquela que era dada para os homens. Enquanto o ensino secundário masculino era preparatório para o ensino superior, o ensino feminino, voltado para preparar a mulher para o casamento e a maternidade, tinha um cunho doméstico e os conhecimentos literários e científicos não permitiam superar o “objetivo da conservação”.⁸

Os discursos dos intelectuais maranhenses e das autoridades educacionais no final do XIX eram unânimes em reconhecer a necessidade da instrução escolar para as mulheres, justificando através da função materna o papel de primeira educadora dos filhos, ajudando a formá-lhes o caráter e prepará-lhes para serem bons cidadãos.

O crescimento urbano de São Luís e os novos espaços de sociabilidade propiciavam oportunidades de maior convivência social para as mulheres da elite, demandando dessa forma o aprendizado de novas prendas sociais, como o tocar um instrumento musical, cantar, falar uma língua estrangeira, conhecer as regras de etiqueta, além das noções de conhecimento sobre a história pátria, geografia, etc.⁹

A sociedade considerava que a grande, a mais elevada função da mulher era ser mãe e esposa, sendo a instrução um componente essencial para o bom desempenho dessa missão:

A mulher, reconhecendo pela sua educação os seus direitos, compreenderá melhor a obrigação de mãe e melhor a exercerá, fazendo desta arte melhores os homens. A sociedade pois, para que possa conter em seu seio bons cidadãos, deve com afã curar a educação da mulher... Esposas! Mães! De vós depende a ordem, a prosperidade, a paz de nossa pátria; dai-nos bons cidadãos e nós teremos todas estas coisas. ¹⁰

A aplicação prática dos conhecimentos obtidos com a instrução escolar deveria ser feita no lar, portanto, a educação proposta para a mulher não pretendia colocá-la em pé de igualdade com os homens ou possibilitar-lhe uma profissão. Com exceção do magistério, considerado mais uma vocação e um sacerdócio do que uma profissão, a mulher deveria obter mais conhecimentos para estar apta a exercer seu papel de mãe e esposa.

Será talvez desagradável para um marido que uma dona de casa ignore por completo a história, a psicologia, a ciência, mas será bem pior se ela não for capaz de dirigir a sua casa, de educar seus filhos e de cuidar do bem estar dos seus e da higiene caseira(...). Não basta que a futura dona de casa saiba preparar mais ou menos gostosamente os alimentos, é preciso que saiba em que medida eles reparam as forças e quanto rendem a comparação do seu custo. ¹¹

Com a continuidade dessa imagética feminina no início do século XX, associada ao fortalecimento do poder marital, a educação mais do que nunca era vista como uma forma de 'valorizar' a mulher nesse novo pacto matrimonial, um atrativo importante ao lado da virgindade, beleza, idade, especialmente para as moças da elite, já que as mulheres pobres recebiam uma educação elementar que deveria ser aproveitada para garantir-lhes o sustento.

Na opinião do advogado maranhense Antônio Almeida Oliveira, defensor da educação feminina como uma forma de reforçar as qualidades 'naturais' de mãe, a instrução permitia exercer melhor essa 'missão'. Explicava que o dote das moças pobres não era admissível como obrigação social, sendo que esse costume desaparecia até entre as famílias mais ricas, no entanto, a educação seria o substituto desse dote material pois quem educa não é obrigado a dotar, porque o dote é a educação. ¹²

Como já salientamos inicialmente, o processo de educação dos sujeitos sociais ocorre de maneira complexa, dentro e fora da escola, através de diversas práticas sociais.

"Quando Bourdieu fala de um 'trabalho de formação que se realiza, seja através da familiarização com um mundo simbolicamente estruturado, seja através de um trabalho de inculcação coletivo', ele certamente pretende lembrar as diversas práticas sociais que 'educam' os sujeitos, muitas delas implícitas nas instituições sociais, na divisão/distribuição dos espaços físicos e do tempo, na vestimenta, na estética, etc; e práticas explicitamente inscritas nas normas sociais, nas doutrinas religiosas, jurídicas ou educacionais. ¹³

O discurso educacional vigente em São Luís no início da República, em sintonia com o ideário feminino presente na sociedade, pautava-se na defesa de uma maior instrução para as mulheres através da ampliação dos seus estudos, com mais conhecimentos científicos, objetivando reforçar os princípios conservadores de fortalecimento dos ideais burgueses de família, casamento e do papel da mulher na sociedade, segundo a visão naturalizante das diferenças entre os sexos, cabendo ao homem o papel de comando da família e do Estado, enquanto à mulher era destinado o espaço doméstico, do cuidado com os filhos.

O casamento era apresentado como o ideal na vida de uma mulher, a concretização dos seus sonhos de juventude e alvo de sua existência. Com esse ideário pretendia-se estimular o casamento como alicerce da organização social e ao mesmo tempo garantir a submissão feminina.

NOTAS

¹ NAZZARI, Muriel. O Desaparecimento do Dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

² NAZZARI, Muriel. Dotes paulistas: composição e transformações (1600-1870). In. Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero. Vol. 9, nº 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989. p. 87.

³ Ibid.

⁴ Ibid. p. 88

⁵ Jornal Farol Maranhense, 30.05.1828.

⁶ OLIVEIRA, Antônio de Almeida. O Ensino público: obra destinada a mostrar o estado em que se acha e as reformas que exige a instrução pública no Brasil. Maranhão, 1874, p. 456.

⁷ CAULFIELD, Sueann. Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp, 2000. p. 26

⁸ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976. p. 197.

⁹ ABRANTES, Elizabeth Sousa. A Educação do “Bello Sexo” em São Luís na Segunda Metade do Século XIX. Recife: UFPE, 2002. p.99. (Dissertação de Mestrado).

¹⁰ Jornal O Globo, nº51, 30.06.1852.

¹¹ Jornal O Avante, de 08.12.1910.

¹² OLIVEIRA, Antônio Almeida. Op. Cit.

¹³ LOURO, Guaira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. In. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, Brasil, 1981. p. 43.